



Eleições Gerais na África do Sul - Realizaram-se, no dia 7 de maio, as eleições gerais na África do Sul. Para além da eleição dos 400 membros da Assembleia Nacional, e dos 90 do Conselho Nacional das províncias, os eleitores escolheram também os governos das nove províncias. [Pág. 2-5](#)

Cimeira EU-África - Decorreu em Bruxelas a IV Cimeira UE-África sob o tema "Investindo nas Pessoas, na Prosperidade e na Paz. Esta foi a quarta cimeira entre os blocos europeu e africano, depois daquelas realizadas em 2000, no Cairo, em 2007, em Lisboa (sob presidência portuguesa da UE), e em 2010, em Trípoli. [Pág. 6](#)

Missão da UE na República Centro-Africana - O Conselho de Segurança da ONU aprovou em abril, uma resolução que prevê o envio de cerca de 12 mil capacetes azuis para a República Centro-Africana (RCA), onde a violência intercomunitária e inter-religiosa, entre milícias cristãs e rebeldes muçulmanos, já matou milhares de pessoas desde 2013. [Pág. 7](#)

Daviz Simango Candidato do MDM às Presidenciais - O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) anunciou, em finais de março, que o seu líder e Presidente da Câmara Municipal da Beira, Daviz Simango, será o candidato do partido às próximas eleições presidenciais de 15 de outubro. [Pág. 8](#)

Morte de Kumba Ialá - O antigo presidente da Guiné Bissau, e figura central da política guineense, Kumba Ialá morreu de ataque cardíaco em Bissau no passado dia 3 de abril. [Pág. 8/9](#)

Eleições Gerais na Guiné Bissau - O processo eleitoral de dia 13 de abril na Guiné Bissau contou com uma forte presença de observadores internacionais. Várias foram as organizações internacionais que estiveram no terreno. A União Africana (UA) enviou uma missão liderada pelo antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano. [Pág. 9/10](#)

Terrorismo na Nigéria - Na Nigéria, a ação do grupo fundamentalista islâmico, Boko Haram, tem vindo a aumentar a situação de insegurança em várias zonas do país. Só nos primeiros quatro meses de 2014 foram mortos, em ataques perpetrados por este grupo, mais de 1.550 pessoas na Nigéria. [Pág. 10/11](#)

Espanha Aposta em África - No âmbito de uma visita que fez a Angola em maio, com uma delegação de mais de 120 empresários, o Secretário de Estado do Comércio de Espanha, Jaime Garca Legaz, referiu que, nos próximos dez anos, as prioridades do comércio e investimentos espanhóis vão para os países africanos, com destaque para Angola. [Pág. 11](#)

As alterações Climáticas e as Consequências para África - Segundo o relatório intitulado "Disaster Related Displacement from the Horn of Africa, elaborado pela Universidade das Nações Unidas e pelo Centro Norueguês para os Refugiados, entre 2008 e 2012, mais de 144 milhões de pessoas tiveram que deixar as suas casas devido às consequências das alterações climáticas. [Pág. 12](#)

Eleições Gerais na África do Sul

■ Luís Castelo Branco

Realizaram-se, no dia 7 de maio, as eleições gerais na África do Sul. Para além da eleição dos 400 membros da Assembleia Nacional, e os 90 do Conselho Nacional das províncias, os mais de 25 milhões de eleitores, dos quais 2.3 milhões votam pela primeira vez, escolheram também os governos das nove províncias. O Presidente da África do Sul é eleito posteriormente pela nova Assembleia Nacional.

A nível nacional concorreram 33 partidos ou alianças. A nível provincial o número variou bastante, indo desde os 26 movimentos políticos na província do Western Cape aos 16 movimentos que concorreram nas províncias Mpumalanga, Northern Cape e North West.

Ao nível dos partidos concorrentes, destacava-se o African National Congress (ANC), apoiado no partido comunista da África do Sul (SACP) e na central sindical (COSATU). Esta aliança garantiu a maioria absoluta nas eleições de 2009 com 65.9% dos votos.

O segundo maior partido é a Democratic Alliance (DA) liderada por Helen Zille que obteve 16,7% dos votos em 2009. O terceiro maior partido é o Congress of the People (COPE), liderado por Mosiuoa Lekota que obteve 7,42% dos votos em 2009. Outro partido histórico é o Inkatha Freedom Party (IFP) de Mangosuthu Buthelezi que garantiu 4,55% dos votos em 2009.

Para além dos partidos tradicionais, vários foram as novas formações partidárias que concorreram pela primeira vez. Entre elas destacaram-se o AGANG South Africa, formado, em 2013, pela ativista anti-apartheid Mamphela Ramphele. O Workers and Socialist Party (WASP) criado também 2013 por mineiros na sequência do massacre de Marikana. Julius Malema, antigo líder da ala juvenil do ANC, criou, após ter sido expulso do partido, o Economic Freedom Fighters (EFF), com um programa muito radical contra o ANC e contra a minoria branca do país.

Do lado da população branca surgiu, em dezembro de 2013, a Front National (FN) que defende o nacionalismo afrikander e o separatismo. Partidos com estas características têm aparecido em todas as eleições sul-africanas desde 1994. Porém, mesmo no seio da população afrikander, não obtêm grandes resultados eleitorais.

Para estas eleições estavam inscritos 25.381.293 eleitores, dos quais votaram 18.654.457, o que representou uma taxa de parti-

cipação de 73,43%¹. O resultado da abstenção foi o mais elevado desde as primeiras eleições multirraciais em 1994. Há a assinalar o facto de 20% da população com capacidade eleitoral ter optado por não se registar.

Resultados das Eleições Legislativas 2014

Partido	Logo	Votos Válidos	%	Lugares
ANC		11,436,921	62.15%	249
DA		4,091,584	22.23%	89
EFF		1,169,259	6.35%	25
IFP		441,854	2.40%	10
NFP		288,742	1.57%	6
UDM		184,636	1.00%	4
VF PLUS		165,715	0.90%	4
COPE		123,235	0.67%	3
ACDP		104,039	0.57%	3
AIC		97,642	0.53%	3
AGANG SA		52,350	0.28%	2
PAC		37,784	0.21%	1
APC		30,676	0.17%	1

¹ Electoral Commission of South Africa

AL JAMA-AH		25,976	0.14%	0
MF		22,589	0.12%	0
UCDP		21,744	0.12%	0
AZAPO		20,421	0.11%	0
BRA		15,271	0.08%	0
ICOSA		14,472	0.08%	0
PA		13,263	0.07%	0
WASP		8,331	0.05%	0
UBUNTU		8,234	0.04%	0
KGM		6,408	0.03%	0
FN		5,138	0.03%	0
KISS		4,294	0.02%	0
PAM		3,815	0.02%	0
FINLA		3,297	0.02%	0
UNICO		3,136	0.02%	0
PAL		1,671	0.01%	0

Fonte: Electoral Commission of South Africa (IEC) 2014

Os resultados demonstraram, mais uma vez, que o poder do ANC é ainda muito grande. Apesar da diminuição da sua votação, de 65.90% e 264 deputados em 2009, conseguiu obter 62,15% e 249 deputados. A grande novidade é que o ANC começou a ser contestado não apenas pela DA, mas também pela esquerda radical através do EFF de Julius Malema.

A DA de Hellen Zille obteve, sem dúvida, um grande crescimento eleitoral ao passar de 16,7% e 67 deputados em 2009, para 22,23% e 89 deputados nestas eleições. Mais uma vez, a DA conseguiu manter o controlo sobre a província de Western Cape. Talvez o único dissabor da DA tenha sido algum excesso de otimismo que levou este movimento a pensar ganhar na província de Gauteng, onde se situam as cidades de Joanesburgo e Pretória, e crescer ainda mais. De qualquer das maneiras, obteve um ótimo resultado na província de Gauteng com mais de 38% dos votos.

A grande surpresa destas eleições foi o resultado eleitoral do EFF de Julius Malema que se tornou a terceira força política no país ao obter 6,35% e 25 deputados. O eleitorado do EFF, mais de um milhão de eleitores, foi em grande parte retirado ao ANC e é constituído por eleitores descontentes com a governação de Zuma e a falta de reformas. O EFF, que foi criado a apenas um ano, foi o segundo partido mais votado em duas províncias, Limpopo e North West, e obteve mais de 10% dos votos em Gauteng.

Também surpreendente foi a resistência do partido que representa a população afrikander mais conservadora, o VF Plus que subiu ligeiramente a sua votação, de 0,83% em 2009 para 0,90% elegendo 4 deputados, mais um do que em 2009.

Do lado das desilusões há a destacar o IFP que está em clara desagregação, passando de 4,55% e 18 deputados em 2009 para 2,40% e 10 deputados nestas eleições, 9 eleitos no Kwazulu Natal e outro na província de Gauteng, este último fruto dos imigrantes zulus nesta zona.

Nem na sua província tradicional, o Kwazulu Natal onde já foi a principal força política, conseguiu ganhar, tendo ficado em terceiro lugar atrás do ANC e da DA. Este resultado deve-se, em parte, à criação do NFP, dissidência do IFP, que conquistou 1,57% dos votos e 6 deputados, todos eles na província do Kwazulu-Natal. Mas o verdadeiro motivo deste descalabro eleitoral é à falta de soluções e de moder-



nização do IFP, partido muito colado à imagem tradicional da população zulu.

Também pela negativa, destaca-se o COPE que passou de 7.42% e 30 deputados em 2009 para apenas 0,67% e 3 deputados nestas eleições.

Também foi uma desilusão o resultado obtido pelo AGANG SA que apenas conseguiu 0,20% dos votos e 2 deputados.

A UDM, que surgiu, em 1997, como a tentativa de ser o primeiro partido multirracial da África do Sul sob a liderança de um membro do ANC, Bantu Holomisa, e de um destacado membro do partido do apartheid, o National Party, Roelf Meyer, ficou-se pelos 4 deputados, todos eleitos na província do Eastern Cape.

Ao nível das províncias, o ANC venceu em todas, menos no Western Cape. O ANC obteve resultados expressivos nas províncias de Mpumalanga e Limpopo, onde venceu com mais de 78% dos votos. A luta eleitoral mas renhida foi na província de Gauteng, onde o ANC venceu com 53,5% dos votos.

Um dado interessante na sociedade sul-africana tem a ver com o regresso de muitos sul-africanos brancos ao país, estimando-se que tenham sido mais de 340 mil na última década. Em 1994, com o advento da subida ao poder do ANC, muitos sul-africanos brancos temeram pela sua segurança no país, pensando que poderia acontecer à África do Sul aquilo que sucedera em muitos países a seguir às suas independências, onde as populações brancas se viram ameaçadas.

Desde essa altura, todos os anos milhares de brancos sul-africanos abandonaram o país devido ao aumento da insegurança, a política oficial de affirmative action, que favorecendo as populações que foram prejudicadas durante o apartheid no acesso, por exemplo, a empregos públicos, prejudicava a população branca. Esse êxodo alcançou a sua maior expressão em 2004 quando, oficialmente, abandonaram o país 44.500 brancos. Os destinos privilegiados eram a Austrália, Nova Zelândia e o Reino Unido.

Atualmente, e apesar dos problemas económicos do país, verifica-se um movimento inverso. Apesar de bem integrados nos seus novos países, muitos brancos sul-africanos decidiram regressar, jus-

tificando tal decisão pela vontade de contribuir para a melhoria do país e atraídos pelas condições de vida.

Apesar de ter vencido as eleições presidenciais, Zuma terá agora que enfrentar sérios desafios. Primeiro, terá que satisfazer os anseios da população mais carenciada, mexendo, nomeadamente, na controversa questão da posse da terra. Sendo a agricultura uma importante fonte de exportações e de emprego da economia sul-africana, qualquer solução radical, semelhante à utilizada no Zimbábue, poderá ter resultados catastróficos. Cerca de 70% das terras ainda estão nas mãos de agricultores brancos.

A contestação da população da população negra, mais carenciada, foi, de início, por melhores condições de vida, mais emprego, melhor habitação. Hoje em dia, algumas dessas reivindicações, como o emprego, onde a taxa de desempregados passou de 13% em 1994 para 25% na atualidade, mantem-se, mas outras de cariz mais radical vão ganhando força.

Vários movimentos radicais, entre os quais se destaca os Economic Freedom Fighters (EFF), dirigido por Julius Malema, advogam a nacionalização das terras, minas e bancos. Malema, que já liderou a juventude do ANC, de onde foi expulso por tentar mobilizar militantes do partido contra a liderança de Jacob Zuma, tem posto o acento tónico nas denúncias de casos de alegada corrupção que afetam o governo do ANC, o que lhe permitiu aumentar a sua popularidade junto da população negra mais pobre.

Hoje em dia, a África do Sul enfrenta uma forte crise económica, agravada por tensões sociais que se traduzem em sucessivas greves e afastam, o tão necessário, investimento externo. Os investidores estrangeiros, ao contrário do que sucedia há dez anos, têm outros destinos alternativos em África, como Angola, Gana, Zâmbia e Quênia, para colocarem os seus investimentos, onde a estabilidade social e política os torna mercados muito mais apetecíveis. Mesmo a Nigéria, país que enfrenta uma grande instabilidade interna, soube criar estruturas financeiras ágeis e modernas que conseguem atrair investimento externo.

O país tem conhecido um fraco crescimento económico que não ajudou à implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento do ANC, e à consequente diminuição do desemprego, o que levou a um crescente descontentamento nacional.



Vários sectores da sociedade sul-africana têm vindo a assistir ao agravamento da situação. Ao nível dos serviços públicos são claras as fragilidades com crescentes dificuldades no fornecimento de energia, água e deterioração dos serviços de saúde e educação.

O sector mineiro atravessa um grave crise desde 2012, que teve o seu momento mais alto na morte de 34 mineiros pelas forças policiais em Marikana. As greves em várias minas são uma constante e o sindicato mineiro alinhou claramente nas eleições com o movimento radical de Julius Malema.

Uma segunda questão tem a ver com a difícil tarefa de satisfazer as diferentes fações do ANC e dos seus aliados no momento de formar o governo. Não será possível satisfazer todos, e provavelmente surgirão muito rapidamente fações contestatárias ao poder de Zuma que, por limitação constitucional, não poderá candidatar-se a um terceiro mandato.

Zuma enfrentou estas eleições enfraquecido pelo massacre de mineiros em Marikana e pelo escândalo do uso indevido de fundos públicos para remodelar a sua residência privada onde foram gastos cerca de 16 milhões de euros.

A questão da sucessão de Zuma surgirá de imediato com vários candidatos e fações a movimentarem-se desde já. Tradicionalmente o sucessor do Presidente deveria ser o seu Vice-Presidente. No caso de Zuma é pouco provável que Cyril Ramphosa o venha a suceder devido ao seu envolvimento no massacre dos mineiros em Marikana. Há, no entanto, no seio dos apoiantes de Zuma um forte desejo de ver Ramphosa no lugar de Zuma após 2017. Para Vice-presidente esta fação aposta em Baleka Mbete, outro destacado membro do ANC.

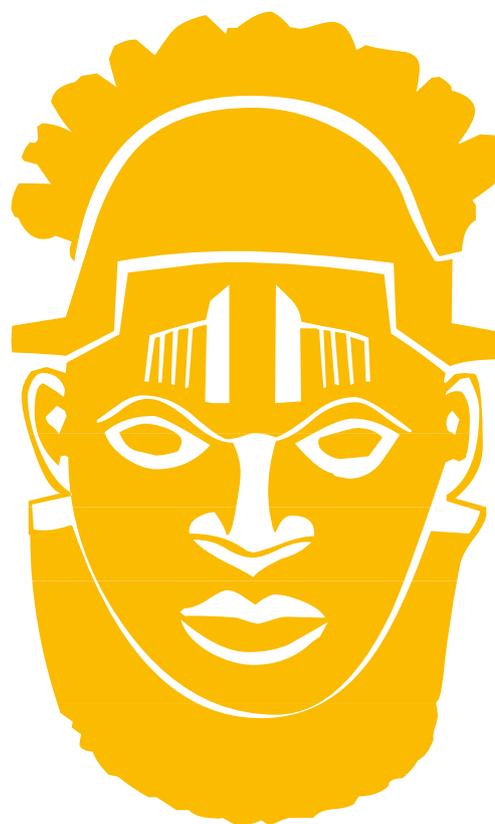
Entre os possíveis candidatos, há um que se começa, desde já, a destacar, o Premier do KwaZulu-Natal Premier, Zweli Mkhize, que é atualmente o tesoureiro do ANC.

Outra corrente aposta na ex-mulher de Zuma, e atual Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, a qual contará com fortes apoios no ANC do Kwazulu Natal. Indício de que ela poderá ponderar esta hipótese é o facto de ser candidata ao parlamento sul-africano apesar do seu mandato na União Africana apenas terminar em 2016.

Outro potencial candidato é o Secretário-geral do ANC, Gwede Mantashe, figura que claramente está contra a fação que apoiou agora a reeleição de Zuma.

Menos prováveis, mas ainda assim hipóteses em aberto, são as candidaturas de Tokyo Sexwale, antigo Premier de Gauteng e que se candidatou à presidência do ANC em 2007. Outro candidato poderá ser o antigo Vice-Presidente Kgalema Motlanthe que perdeu a corrida à presidência contra Zuma em 2012.

Seguindo as normas legais previstas, o novo parlamento sul-africano, saído das eleições de 7 de maio, reconduziu, a 21 de maio, Jacob Zuma para um novo mandato de cinco anos como Presidente da África do Sul.





Cimeira União Europeia - África

Decorreu em Bruxelas, entre os dias 2 e 3 de abril, a IVª Cimeira UE-África, sob o tema "Investindo nas Pessoas, na Prosperidade e na Paz", onde entre outros temas foi discutida a implementação da Estratégia Conjunta UE-África (JAES) adotada na IIª Cimeira África-UE realizada em Lisboa, em dezembro de 2007, e que constitui, desde essa altura, o enquadramento global do relacionamento da UE com África. Esta foi a quarta cimeira entre os blocos europeu e africano, depois daquelas celebradas em 2000, no Cairo, em 2007, em Lisboa (sob presidência portuguesa da UE), e em 2010, em Trípoli.

Estiveram presentes 78 países africanos e europeus, a maioria dos quais representados ao nível de Chefes de Estado ou de Governo. Tal como sucedeu em Cimeiras anteriores, a questão dos convites não foi pacífica.

O Presidente do Sudão, Omar-Al-Bashir, por ser alvo de um mandato internacional do Tribunal Penal Internacional, não esteve presente, tendo sido convidado o Vice-Presidente do país, mas as autoridades sudanesas optaram por não estar presentes. No caso do Zimbábue, que tantos problemas levantaram em Cimeiras anteriores, desta vez o Presidente Robert Mugabe foi convidado a participar. Porém, como foi recusado o visto de entrada à sua mulher Grace, Mugabe acabou por declinar o convite. Devido à posição da UE relativamente aos acontecimentos políticos na Guiné Bissau e na República Centro-Africana, estes dois países não foram convidados a participar.

Ao nível dos PALOP estiveram presentes os Presidentes de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, e de Moçambique, Armando Guebuza (acompanhado do chefe de diplomacia, Oldemiro Balói), o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Gabriel Costa (acompanhado da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Natália Umbelina) e o Vice-Presidente angolano, Manuel Vicente. Apenas a Guiné-Bissau não esteve presente, pois não foi convidada, dado a UE não reconhecer o atual Governo em exercício, saído de um golpe de Estado.

A Cimeira foi dedicada ao aprofundamento da cooperação entre UE e África nas áreas do capital humano, através da educação e formação, na criação de incentivos adicionais ao investimento, e a encontrar formas de estimular um crescimento que crie emprego, sobretudo para os jovens.

Quanto ao investimento na paz, foi feito um balanço da cooperação que tem sido levada a cabo pelos dois continentes, em diversas

regiões, como o Corno de África e o Sahel, e uma reflexão sobre os meios de reforçar o apoio da UE às capacidades de que África dispõe para gerir a segurança no continente.

Desde 2004, a UE já disponibilizou mais de 1.2 mil milhões de euros para apoiar operações de manutenção de paz em África, lideradas por forças africanas. Nesta área destaca-se o apoio europeu à Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e a Missão da União Africana na República Centro-Africana. Numa minicimeira à margem da Cimeira UE-África, a UE decidiu enviar uma missão militar, a EUFOR, para a República Centro-Africana.

No final da Cimeira foi adotada uma declaração política conjunta que abrangerá diversos temas relativos às relações entre UE e África e um documento a precisar as modalidades da cooperação continental para os próximos três anos, no quadro da estratégia comum adotada em Lisboa, e que muitos defendem que deve ser levada a cabo de forma mais efetiva e racional.

Ambos os blocos concordaram em centrar os esforços da sua relação em cinco áreas prioritárias: paz e prosperidade, democracia, boa governação e direitos humanos, assuntos globais e questões ambientais. Embora seja o continente que menos contribui para as alterações climáticas, África é dos que mais sofre as suas consequências.



Missão da UE na RCA

O Conselho de Segurança da ONU aprovou em abril, uma resolução que prevê o envio de cerca de 12 mil capacetes azuis para a República Centro-Africana (RCA). A resolução, apresentada pela França, autoriza o destacamento de cerca de 10 mil militares e 1.800 agentes de polícia para a antiga colônia francesa, onde a violência intercomunitária e inter-religiosa, entre milícias cristãs e rebeldes muçulmanos, já matou milhares de pessoas desde 2013.

A resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas também autoriza os soldados franceses a usarem de todos os meios necessários para dar apoio à missão da ONU, cujas prioridades passam pela proteção de civis e das colunas de ajuda humanitária, manter a ordem pública, apoiar a transição política e promover o respeito pelos direitos humanos.

A força a enviar pela ONU vai criar a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da ONU para a RCA (MINUSCA), cujo mandato se estende até 30 de abril de 2015. Esta força vai juntar-se ao contingente militar francês, já no terreno, composto por cerca de 2 mil militares e às forças da União Africana congregadas na Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine (MISCA). A força africana é composta por militares do Gabão, Chade, Congo-Brazzaville e dos Camarões e conta com o apoio logístico francês.

Com a operacionalização da MINUSCA, haverá uma transferência de poderes da MISCA para a MINUSCA, o que deverá acontecer a 15 de setembro.

A República Centro-Africana, país com 4,5 milhões de habitantes, entrou numa espiral de violência intercomunitária e inter-religiosa desde o golpe de Estado de março de 2013. O golpe foi levado a cabo pela coligação rebelde Séléka, dirigida por Michel Djotodia e com origem na minoria muçulmana, que afastou do poder o Presidente François Bozizé. Os ataques da coligação Séléka passaram a ser enfrentados por grupos de cristãos conhecidos como anti-balaka.

A União Europeia (UE) também aprovou o envio de 800 elementos para o território centro-africano, incluindo agentes da polícia militarizada francesa. A força da UE, designada EUFOR RCA estará totalmente operacional em finais de maio.

A participação portuguesa na missão europeia, que conta com o contributo de 13 países, prevê o envio de um C-130 da Força Aérea e de 47 militares.

Esta intervenção da UE foi ao encontro daquilo que ficou estipulado na IV Cimeira UE-Africa, que se traduz numa duplicação dos fundos comunitários destinados à paz e segurança em África. Está previsto que a UE destine 800 milhões de euros, entre 2014 e 2016, para o mecanismo africano de paz (African Peace Facility).

A missão da UE na RCA será liderada pelo General Philippe Ponté, e terá como objetivos centrais restaurar a ordem na capital, Bangui, e dominar o aeroporto de modo a facilitar a chegada de ajuda humanitária.

A crise na RCA iniciou-se, em dezembro de 2012, quando o movimento rebelde muçulmano Séléka iniciou uma revolta militar contra o Presidente François Bozizé. Em março de 2013, o líder da Seleka, Michel Djotodia, tomou o poder. Porém, em janeiro de 2014, Djotodia, pressionado pela Comunidade Económica da África Central (CEAAC) abandonou o poder ao ser incapaz de controlar a espiral de violência religiosa que atingiu todo o país. Para o substituir, foi nomeada a antiga Presidente da Câmara de Bangui, Catherine Samba Panza.

Grupos cristãos, anti-balaka, lançaram-se numa ação vingadora contra os membros do Séléka, os quais procuraram refúgio e apoio em países vizinhos, nomeadamente o Sudão e o Chade.





Daviz Simango Candidato do MDM às Presidenciais

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) anunciou, em finais de março, que o seu líder e Presidente da Câmara Municipal da Beira, Daviz Simango, será o candidato do partido às próximas eleições presidenciais de 15 de outubro. Simango, que foi o único pré-candidato, obteve 94% dos votos e nenhum contra, os restantes votos foram nulos.

O seu manifesto eleitoral, aprovado pelo Conselho Nacional assenta na preservação da paz, coesão entre os moçambicanos, consolidação da unidade nacional e da democracia, desenvolvimento económico e criação de emprego.

Daviz Simango, de 50 anos de idade, é filho de Uria Simango, que foi o Primeiro vice-presidente da FRELIMO, durante a luta armada pela independência do país e que entrou em choque com Samora Machel. Licenciado em Engenharia civil, Simango, tornou-se Presidente da Câmara da Beira em 2003 em representação do maior partido da oposição, a RENAMO.

Em 2008, após desentendimentos com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, concorreu à sua sucessão como independente e saiu vencedor. Em março de 2009 criou um novo partido, o Movimento Democrático de Moçambique, MDM, com o qual foi reeleito Presidente da Câmara da Beira em novembro do ano passado.

Simango terá como principais opositores, Felipe Nyussi por parte da FRELIMO e Afonso Dhlakama por parte da RENAMO.

Fruto do conflito que opõe a FRELIMO à RENAMO, e a recusa deste último partido em participar nas eleições autárquicas de novembro de 2013, o MDM conseguiu aumentar o seu protagonismo no país. O número de apoiantes do MDM tem aumentado entre a população urbana, cansada da governação da FRELIMO, e de descontentes pela via militar assumida pela RENAMO.

Este cenário permitiu ao MDM ganhar importantes cidades nas eleições autárquicas, passado a governar, para além da Beira, Nampula, Gurué e Quelimane. Em muitas outras autarquias, o MDM conseguiu, pela primeira vez, obter assentos. Destaca-se igualmente o bom resultado eleitoral obtido em Maputo e na Matola.

Morte de Kumba Ialá

O antigo presidente da Guiné Bissau, e figura central da política guineense, Kumba Ialá morreu de ataque cardíaco em Bissau no passado dia 3 de abril.

Apesar de ter anunciado o fim da sua vida política no início de 2014, Kumba Ialá estava muito ativo no apoio à candidatura de Nuno Nabiam à Presidência da República na campanha para as eleições gerais realizadas a 13 de abril.

Kumba Ialá foi uma figura de destaque na política guineense desde a implementação da democracia multipartidária no país. Criou em 1992, o Partido da Renovação Social (PRS), atualmente o maior partido da oposição no país.

Nas primeiras eleições livres, realizadas em 1994, Ialá foi o rosto da oposição ao então Presidente Nino Viera, com quem disputou duas voltas das eleições presidenciais.

Voltou a candidatar-se em 2000 tendo vencido nessa ocasião as eleições presidenciais. No entanto, não terminou o mandato, tendo sido deposto por um golpe de estado em 2003. Durante o seu mandato, houve sempre grandes tensões sociais. Ialá demitiu cinco primeiros-ministros e mais de cinquenta ministros e secretários de Estado. A sua pouca sensibilidade para questões da ordem política deitou por terra a sua popularidade e provocou ainda o descontentamento dos militares.

Candidatou-se novamente à Presidência da República nas eleições de 2005, em que foi o terceiro candidato mais votado. Não teve votos suficientes para disputar a segunda volta, mas foi decisivo com o seu partido PRS para fazer eleger Nino Vieira, que disputou a segunda volta com Malam Bacai Sanhá.

Nino Viera não terminou o mandato porque foi assassinado em março de 2009, obrigando o país a organizar eleições presidenciais antecipadas. Desta vez, na segunda volta contra Malam Bacai Sanhá, Kumba Ialá foi derrotado nas urnas e exilou-se em Marrocos, onde se converteu ao islamismo e adotou o nome de Mohamed Ialá

Em janeiro de 2012, quando foi anunciada a morte de Malam Bacai Sanhá, vítima de doença, Kumba Ialá, reaparece em cena e voltou a candidatar-se à presidência. Juntamente com outros candidatos, queixou-se de fraude eleitoral e a 12 de abril promoveu uma conferência de imprensa para anunciar que não aceitava participar na segunda volta contra Carlos Gomes Júnior.



Eleições Gerais na Guiné Bissau

O processo eleitoral foi, no entanto, interrompido pelo golpe de estado de abril de 2012. Ialá foi sempre visto como uma figura muito próxima dos atuais líderes da Guiné-Bissau, nomeadamente do Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, o General António Indjai.

Licenciado em Filosofia e em Direito, Kumba Ialá foi sempre uma figura controversa na cena política guineense. Profundamente defensor da sua etnia, os balantas, era visto com grande desconfiança pelos outros grupos étnicos da Guiné. A sua imagem de marca era o barrete vermelho, que trazia sempre nas aparições públicas.

O processo eleitoral de dia 13 de abril na Guiné Bissau contou com uma forte presença de observadores internacionais. Várias foram as organizações internacionais que estiveram no terreno. A União Africana (UA) enviou uma missão liderada pelo antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano. A equipa de observadores da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi chefiada pelo antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Leonardo Simão. A equipa da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi liderada pelo ex-Presidente interino da Libéria, Amos Sawyer. O polaco Krzysztof Lisek, membro do Parlamento Europeu, chefiou a missão de observadores da UE.

No total, as missões de observação disponibilizaram mais de 500 observadores que acompanharam o processo eleitoral em todo o país. Todas elas, na sua apreciação ao modo como decorreu o processo, salientaram o ambiente sereno em que decorreu a votação, reconhecendo que o mesmo respeitou os princípios e procedimentos internacionais. Nesse sentido foi considerado que as eleições foram livres, credíveis e transparentes.

Os resultados das eleições legislativas deram a vitória, por maioria absoluta, ao PAIGC que obteve 55 dos 102 deputados da Assembleia Nacional, tendo, no entanto, perdido 12 deputados face às eleições de 2008. Em segundo lugar ficou o PRS com 41 deputados, mais 13 do que nas últimas eleições. O PDC obteve 2 deputados e o PRID e a UM obtiveram 1 deputado cada. Em relação às eleições de 2008, o Partido da Nova Democracia e a Aliança Democrática perderam o único deputado que detinham.

No que diz respeito às eleições presidenciais, e tal como era esperando, foi necessário uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados: José Mário Vaz, que obteve 252 mil votos, o que correspondeu a uma percentagem de 40,98%, em segundo lugar ficou Nuno Nabiam com 154 mil votos (25, 14%). Em terceiro lugar ficou Paulo Gomes com 60 mil (9.87%).

Curioso foi constatar que o candidato presidencial do PRS, Abel Incada, apenas obteve 7,3% dos votos, ficando muito aquém dos resultados do seu partido nas legislativas. Esta situação só vem dar razão a todos aqueles que dentro do PRS consideraram Incada um candidato fraco, tendo preferido apoiar Nabiam.





Os restantes candidatos obtiveram as seguintes votações:

Iaia Djaló, PND: 28.068 votos - 4,56%;
 Ibraima Sori Djaló, PRN: 19.209 votos - 3,12%;
 Afonso Té, PRID: 18.398 votos - 2,99%;
 Hélder Vaz, RGB: 8.516 votos - 1,38%;
 Domingos Quadé, independente: 8.432 votos - 1,37%;
 Aregado Mantenque, PT: 7.105 votos - 1,15%;
 Luís Nancassa, independente: 6.815 votos - 1,11%;
 Jorge Malú, independente: 5.946 votos - 0,97%;
 Cirilo Oliveira, PS-GB: 2.036 votos, 0,33%.

A segunda volta ficou marcada para 18 de maio. Durante o período entre as duas voltas, os dois candidatos tentaram obter o apoio dos candidatos mais votados. Nuno Nabiam conseguiu garantir o apoio do candidato do PRS, Abel Incada, bem como deste partido. Obteve igualmente o apoio dos candidatos independentes, Ibraima Sori Djaló, Domingos Quadé e Jorge Malu, que, pese embora se apresentassem como independentes, eram vistos como próximos do PRS.

José Mario Vaz tentou captar o apoio de Paulo Gomes que acabou por manifestar a sua neutralidade em relação à segunda volta das eleições. No entanto, muitos dos apoiantes de Paulo Gomes, sendo adeptos do PAIGC, acabaram por preferir a candidatura de José Mário Vaz.

O período até à segunda volta das eleições presidenciais foi marcado por uma aparente calma, embora rumores relativamente a movimentações militares não deixassem de preocupar a candidatura de José Mario Vaz e a comunidade internacional.

Apesar de alguns incidentes em Bafatá, a segunda cidade do país, que visaram elementos do PAIGC, a segunda volta das eleições decorreu com normalidade. A taxa de participação foi menor, tendo aumentado a abstenção de 10.7% da primeira volta para 21.8%.

José Mário Vaz obteve 61,9% dos votos, vencendo em 22 dos 29 círculos eleitorais da Guiné-Bissau, e Nuno Nabiam obteve 38,1%. A nível regional, Nabiam venceu nas regiões de Tombali (sul) e Oio (centro), enquanto Vaz venceu nas restantes sete (Bissau, Quinara, Biombo, Bolama, Bafatá, Gabú e Cacheu) e também na diáspora.

Apesar de ambos os candidatos se terem comprometido a aceitar os resultados, a verdade é que a candidatura de Nabiam rejeitou de imediato reconhecer a vitória do seu adversário e decidiu impugnar os resultados.

Esta posição de Nabiam fez com que a tensão aumentasse no país e levou a houvesse uma forte pressão nacional e internacional para que aceitasse os resultados eleitorais. Após alguns dias de indecisão, Nuno Nabiam anunciou que, apesar de manter as acusações de fraudes na segunda volta das presidenciais, a bem da estabilidade do país, aceitava os resultados.

Terrorismo na Nigéria

Na Nigéria, a ação do grupo fundamentalista islâmico, Boko Haram, tem vindo a aumentar a situação de insegurança em várias zonas do país. Só nos primeiros quatro meses de 2014 foram mortos, em ataques perpetrados por este grupo, mais de 1.550 pessoas na Nigéria. O tipo de ações e a sua complexidade aumentaram em 2014, com o movimento a utilizar meios cada vez mais sofisticados nos seus ataques contra as populações cristãs e forças de segurança nigerianas.

O elevado grau de violência do Boko Haram é uma das marcas do seu líder, Abubakar Shekau, o qual assumiu a liderança do grupo em 2009 após a morte de Mohammed Yusuf.

Em abril, menos de uma semana depois de matar, num atentado à bomba, mais de 70 pessoas numa estação de autocarros em Abuja, o Boko Haram raptou mais de 200 raparigas no estado de Borno. A justificação para este ato foi o facto de estas raparigas estarem a ser educadas de acordo com os princípios ocidentais, realidade que o movimento rejeita linearmente. Apesar da campanha internacional a favor da libertação destas raparigas, ficou clara a incapacidade do exército nigeriano em resolver esta situação.

Na sua estratégia de espalhar a sharia, a lei islâmica, a todo o território e eliminar a influência ocidental, o Boko Haram tem levado



Espanha aposta em África

a cabo uma série de ataques com objetivo de atacar populações cristãs e representantes do governo central nigeriano, os quais têm provocado centenas de mortos.

O Governo nigeriano tentou, até há pouco tempo, minorar estes ataques referindo que os mesmos se circunscreviam a uma pequena parte do norte do país. Porém, os acontecimentos registados desde 2013 demonstram exatamente o contrário, ou seja, o alargamento das atividades terroristas e o agravamento das mesmas. A verdade é que o Boko Haram tem demonstrado uma crescente capacidade operacional contando com apoios externos, nomeadamente oriundos da Líbia e do Mali, quer em termos financeiros, quer em termos humanos.

Face a esta realidade, as forças de segurança nigerianas tem demonstrado fraca capacidade de atuação. Paralelamente, o Governo nigeriano também não tem sabido lidar politicamente com o problema da melhor maneira.

Um dos grandes aliados do Boko Haram é a disparidade económica e social que existe no país, entre o norte muçulmano e pobre e o sul mais rico, cristão ou animista. Esta disparidade foi herdada da colonização britânica que sempre promoveu o sul para controlar o norte. Os sucessivos governos nigerianos pós-independência não inverteram a situação.

Para além da ameaça interna, o Boko Haram também representa um perigo para vários estados da região, nomeadamente, para o Chade, Níger e Camarões. Nesta estratégia de expandir regionalmente as suas atividades, o Boko Haram conta com o apoio da Al-Qaeda.

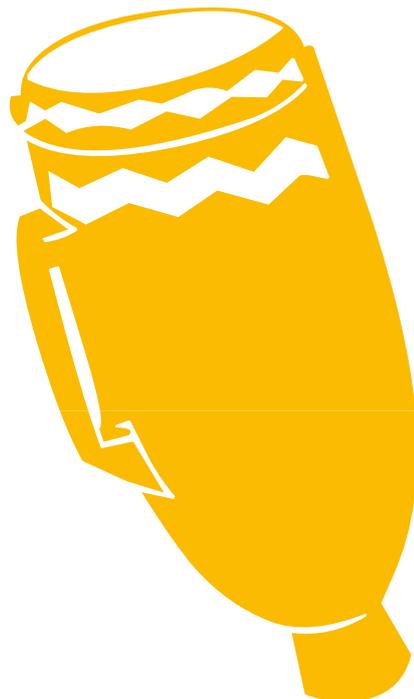
A 22 de maio, o Conselho de Segurança da ONU colocou o Boko Haram na lista negra das organizações terroristas submetidas a sanções pela sua ligação com a rede Al-Qaeda. Esta decisão foi adotada por unanimidade pelos 15 membros do Conselho de Segurança. As sanções incluem congelamento de bens, embargo sobre armas e proibições de viagens.

Esta decisão surgiu na sequência do pedido do governo nigeriano que tinha solicitado a adoção desta medida à Comissão de Sanções contra a Al-Qaeda, organismo dependente do Conselho de Segurança da ONU.

No âmbito de uma visita que fez a Angola em maio, com uma delegação e mais de 120 empresários, o Secretário de Estado do Comércio de Espanha, Jaime Garca Legaz, referiu que, nos próximos dez anos, as prioridades do comércio e investimentos espanhóis vão para os países africanos, com destaque para Angola.

O Secretário de Estado espanhol anunciou a disponibilização de 75 milhões de USD para empresas espanholas que queiram investir em Angola. O objetivo é o de reforçar a relação com um país com o qual a Espanha sempre teve boas relações. A Espanha foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência de Angola e também assinou um programa de apoio financeiro, quando Angola ainda não tinha abertas as linhas de financiamento internacional.

Os investimentos espanhóis vão privilegiar vários setores como o da energia, nomeadamente as energias renováveis, área onde já possuem importantes projetos em diversos países africanos, nomeadamente, em Marrocos e na Argélia. Outras áreas prioritárias são os caminho-de-ferros, construção de infraestruturas para unidades hospitalares, aeroportos, portos, saneamento básico, educação e rede de transportes.



As Alterações Climáticas e as Consequências para África

Segundo o relatório intitulado "Disaster Related Displacement from the Horn of Africa"², elaborado pela Universidade das Nações Unidas e pelo Centro Norueguês para os Refugiados, entre 2008 e 2012, mais de 144 milhões de pessoas tiveram que deixar as suas casas devido às consequências das alterações climáticas.

O relatório relaciona o aquecimento global com efeitos meteorológicos extremos, inundações, ciclones, incêndios e secas, com a necessidade de deslocar populações.

Esta realidade é, cada vez mais, sentida em diversas regiões do globo, atingido particularmente o continente africano, nomeadamente, a zona oriental. Nesta parte de África, a obtenção de água, quer seja para a agricultura quer seja para o consumo humano, é uma tarefa cada vez mais difícil.

A região oriental de África ter-se-á que preparar para enfrentar situações de chuva intensa, em países até agora pouco habituados a isso, como é o caso da Etiópia, Eritreia, Somália e Djibuti, que vão alterar com períodos de seca extrema. Ambas as situações vão prejudicar a produção agrícola e animal, assim como agravar as condições de vidas das populações.

Estas alterações climáticas vão promover, ainda mais, o deslocamento de populações na região. Neste momento, e devido ao agravamento das condições ambientais, já há mais de 1.1 milhões de refugiados na região os quais representam um peso muito grande para os países que os recebem, nomeadamente, o Quênia, a Tanzânia, o Uganda e o Iémen.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05

² <http://ehs.unu.edu/file/get/11763.pdf>